



**BELEM TEM QU  
NO NÚMERO DE R**



**DE CORPO  
E ALMA**

# CLIPPING



05 de  
JULHO  
2022

## VÍTIMAS DE TRÁFICO

**Belém recebe capacitação****FABYO CRUZ**  
Da Redação

A Defensoria Pública da União (DPU) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) promovem a segunda capacitação sobre assistência às vítimas de tráfico de pessoas e direitos das pessoas migrantes. O evento será realizado nesta quinta (7) e sexta-feira (8) em um hotel localizado na avenida Governador José Malcher, no bairro de São Brás, em Belém.

Segundo a DPU, a ação acontece no âmbito do programa Track4Tip: Transformação de alertas em respostas de justiça criminal para combater o tráfico de pessoas relacionado à situação migratória venezuelana e contempla agentes públicos que atuam na rede local de assistência.

O treinamento busca fortalecer as capacidades e o conhecimento dos agentes públicos que atuam na rede local de assistência ao migrante. Os módulos serão apresentados por defensores públicos, capacitadores locais, além de especialistas convidados de outras partes do país.

A capacitação vai abordar temas como ações de prevenção e proteção às vítimas de tráfico de pessoas pelas redes do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), trabalho es-

cravo, crianças migrantes, violência de gênero, racismo e a questão indígena.

De acordo com os organizadores, em fase de elaboração de uma política municipal para a população migrante, Belém é uma cidade estratégica para a realização deste evento, em razão do grande fluxo de migrantes venezuelanos, em especial de indígenas da etnia Warao.

Além disso, a gestão estadual conta com uma Coordenação de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (CIETP) e preside o Comitê Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COTRA-E-PA). Ambos possuem importante atuação na prevenção de casos de tráfico de pessoas e no atendimento a vítimas. Em especial, após o período pandêmico, em que as condições de vulnerabilidade das pessoas migrantes foram exacerbadas, fomentando-se um ambiente propício à ação de grupos criminosos organizados para a prática de diversos delitos, dentre eles o tráfico de pessoas.

**PROJETO**

No âmbito do papel do UNODC de apoiar os Estados Membros na implementação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e do Protocolos de

Palermo sobre o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes, o Track4Tip é uma iniciativa de três anos (2019-2022), implementada pelo UNODC, com o apoio do Escritório de Monitoramento e Combate ao Crime do Departamento de Estado dos EUA.

O projeto beneficia oito países da América do Sul e Caribe com ações nacionais e regionais no Equador, Peru, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Curaçao e Aruba.

O objetivo geral do projeto é melhorar a resposta da justiça criminal regional ao tráfico de pessoas, nos fluxos migratórios dos países beneficiários, por meio de uma abordagem multidisciplinar e centrada na vítima, para identificar, prevenir e processar casos.

**Serviço**

**Capacitação sobre assistência às vítimas de tráfico de pessoas e direitos das pessoas migrantes.**

📅 **Data:** 7 e 8 de julho de 2022

🕒 **Horário:** 8h30 às 17h

📍 **Local:** Hotel Sagres – Sala Amazonas – avenida Governador José Malcher, 2927, São Brás – Belém (PA)

👤 **Como participar:** confirmar presença pelos e-mails savia.souza@un.org. O limite é de 100 inscrições.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## HOMENAGENS

# TCE outorga a medalha Serzedello Corrêa

DA REDAÇÃO

Uma cerimônia de outorga será realizada hoje, às 10h, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), para conceder a "Medalha Serzedello Corrêa" às autoridades atuantes no Estado dentro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Na solenidade, serão homenageados o governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), deputado Francisco Melo (Chicão).

Em alusão aos 75 anos do órgão, a honraria atende à proposição da conselheira e presidente Lourdes Lima, sendo uma das mais importantes da Corte de Contas. O evento será realizado no Plenário Conselheiro Emílio Martins, com transmissão ao

vivo pelo canal TCEPA, no YouTube: [www.youtube.com/channel/UCUFg\\_Ye-q-OOE9NfjlfRQjkQ](http://www.youtube.com/channel/UCUFg_Ye-q-OOE9NfjlfRQjkQ).

A Medalha Serzedello Corrêa é conferida pelo Tribunal a pessoas de comprovada idoneidade moral e reconhecido merecimento, aferido por meio da prática de atos ou serviços relevantes em favor do órgão, podendo, excepcionalmente, ser concedida a entidades que tenham se destacado por especial atuação em favor da sociedade paraense. A honraria foi instituída pela resolução nº 3.799, de 9 de outubro de 1970.



### Serviço:

#### Cerimônia de outorga da Medalha Serzedello Corrêa

🕒 **Data e hora:** 5 de julho, às 10h

📍 **Local:** TCE-PA (Plenário Conselheiro Emílio Martins)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## **Bernardino Santos**

bernardino.liberal@gmail.com

### **LIVRARIA**

Com o pedido de recuperação judicial para uma dívida de 650 milhões de reais, a livraria Saraiva, em todo o país, vive um momento difícil, mas está se recuperando aos poucos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER  
DIÁRIO**

Vinte anos após a publicação do Código Civil de 2002, os casais paraenses têm optado cada vez mais por manterem os nomes originais de família. O número de mulheres que adotam o sobrenome do marido no casamento caiu em 42%. A escolha preferencial dos futuros casais tem sido pela manutenção dos sobrenomes de família, que hoje, em 2022, representam 47% das opções no momento da habilitação para o casamento. A possibilidade de adoção do sobrenome da mulher pelo homem ainda não “vingou” no Pará, representando, de janeiro a maio de 2022, apenas 1,8%. Os dados são da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (ANOREG/PA).

**‘GORÓ’**

Chamou atenção durante a fiscalização do Ministério Público em supermercados de Ananindeua a presença de bares no sistema drive thru que funcionava sem licenciamento. Uma das batidas ocorreu nas dependências do MIX Mateus do Coqueiro, que foi fechado. Eram oferecidas bebidas alcoólicas geladas de todos os tipos para os motoristas de veículos, nomeado pelo próprio supermercado de “Boteco Gelado”. No mesmo dia, o supermercado Colina teve sua praça de alimentação interdita, e também foi feito o fechamento de um bar/drive thru de bebidas.

**LINHA DIRETA**

O **Tribunal** de Contas do Estado do Pará realiza hoje, às 10h, cerimônia de outorga para a concessão da “Medalha Serzedello Corrêa” às autoridades atuantes no estado dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A honraria atende à proposição da conselheira e presidente Lourdes Lima.

**À ocasião serão** homenageados o governador Helder Barbalho (MDB); a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, deputado Francisco Melo, o “Chicão” (MDB).

**Ações relacionadas** à saúde e à qualidade de vida do Poder Judiciário paraense tiveram destaque positivo no 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, levantamento nacional apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final de junho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Fiscalização interdita áreas em 5 supermercados

## ANANINDEUA

O 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua, Arlindo Cabral Júnior, prosseguiu, na última semana, com o cronograma de fiscalizações nos supermercados do município. Desta vez, cinco estabelecimentos tiveram áreas interditadas.

A promotoria atua conjuntamente com o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (Gati) do MPPA, Vigilância Sanitária e Procon, seguindo um cronograma pré-estabelecido. Sendo assim, no dia 30 de junho a fiscalização a um supermercado localizado na Cidade Nova, interditou o setor de pescados. Já no dia 1º de julho, as

fiscalizações resultaram na interdição do setor de carnes e na padaria do Supermercado Econômico da Mário Covas. Em seguida, um bar/drive thru que funcionava sem licenciamento nas dependências do MIX Mateus do Coqueiro foi fechado. Além disso, eram oferecidas bebidas alcoólicas geladas de todos os tipos para os motoristas de veículos, nomeado pelo próprio supermercado de "Boteco Gelado".

No mesmo dia, o supermercado Colina teve sua praça de alimentação interditada, e também foi feito o fechamento de um bar/drive thru de bebidas, localizado dentro do estacionamento. Funcionando igualmente ao MIX Mateus: sem licença e oferecendo bebidas alcoólicas geladas aos motoristas. Por fim, quanto ao supermercado Ci-



**Supermercado Cidade**, na Cidade Nova, foi interditado totalmente  
FOTO: DIVULGAÇÃO

dade, localizado na Cidade Nova, foi determinada a interdição total do estabelecimento por absoluta impossibilidade de funcionamento de um local que oferece risco à segurança alimentar e estrutural, inclusive aos seus próprios funcionários em, absolutamente, todos os setores do supermercado. O Cidade também não possui nenhuma licença pú-

blica mínima para a continuidade de suas atividades. A Promotoria de Justiça de Ananindeua ressalta que as interdições mencionadas foram realizadas em virtude da inobservância dos referidos estabelecimentos às normas sanitárias e à legislação consumerista, com base no poder de polícia de todas as autoridades públicas envolvidas nas apurações.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## ATROPELOU, ESTUPROU E ESPANCOU A EX

# HOMEM É PRESO APÓS CRIME BRUTAL

Um suspeito de ter cometido crime com requintes de muita violência acabou sendo preso pela polícia em Novo Progresso. Homem é acusado de violentar e tentar matar uma jovem de 22 anos na cidade.

### CRIME E CADELA

JR Avelar

**U**m caso de tentativa de feminicídio com atos extremamente violentos foi registrado neste final de semana na cidade de Novo Progres-

so na região sudoeste do Pará depois que um homem atropelou, espancou e estuprou uma jovem de 22 anos e posteriormente acabou preso.

O crime foi registrado na delegacia de Polícia Civil de Novo Progresso depois que a jovem Jhuliana Ketsely Mucha, de 22 anos, foi encontrada agonizando em uma das ruas da cida-



O suspeito precisou ser transferido de Novo Progresso diante da revolta popular. Ele é acusado de ter atropelado, espancado e estuprado a vítima, que tentou matar sua ex-namorada por invasão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



de vítima de espancamento, depois foi atropelada e estrepada por um homem que dirigia um carro Renault Kwid.

O crime chocou a comunidade da cidade que cobrou justiça com a identificação e prisão do suspeito e logo a Polícia Militar em diligências ininterruptas encontrou um veicu-

lo com as mesmas características e com um amassado do lado do passageiro.

Também foi encontrado um pedaço de calota quebrada que aparenta ser compatível com um pedaço encontrado no local dos fatos. O tenente Porto da Polícia Militar de Novo Progresso efetuou a pri-

ção do suspeito que foi conduzido para a delegacia.

O homem foi identificado como Claudionor Sandesk, de 46 anos, cujo carro estava escondido nos fundos de sua casa e que já havia sido feito a troca do pneu, mas a calota quebrada foi encontrada dentro do veículo e com a lateral amassada.

Durante a sua apresentação houve agitação popular na cidade de Novo Progresso tendo a delegacia sido apedrejada e depredada pela população. O delegado da cidade por determinação do diretor de Polícia do Interior delegado Hensson Jacó transferiu o preso para outra unidade policial na região

onde foi interrogado pela equipe de Novo Progresso.

A Polícia Civil conseguiu identificar que a vítima seria uma ex-namorada de Claudionor Sandesk que, por não aceitar a separação, agiu de forma violenta deixando sequelas irreparáveis na jovem. Ele segue preso à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## MINISTÉRIO PÚBLICO

**Promotoria de Justiça interdita supermercados em Ananindeua**

O supermercado Cidade, no bairro da Cidade Nova, foi totalmente interdito após fiscalização da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua. Passaram por inspeções e tiveram áreas interditas os supermercados Econômico, Colina e Cidade.

🕒 segunda-feira, 04/07/2022, 20:44 - Atualizado em 04/07/2022, 21:47 - 🧑 Autor: DOL



📷 foto colorida do balcão de pães do supermercado Econômico. | Promotoria de Justiça de Ananindeua

1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua, Arlindo Cabral Júnior, prosseguiu, na última semana, com o cronograma de fiscalizações nos supermercados do município. Desta vez, cinco supermercados tiveram áreas interditas.

A promotoria atua conjuntamente com o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) do MPPA, Vigilância Sanitária e Procon, seguindo um cronograma pré-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

estabelecido. Sendo assim, no dia 30 de junho a fiscalização um supermercado no bairro da Cidade Nova, interditou o setor de pescados.

Já no dia 1º de julho, as fiscalizações resultaram na interdição do setor de carnes e na padaria do Supermercado Econômico da Mário Covas. Em seguida, um bar/drive thru que funcionava sem licenciamento nas dependências do MIX Mateus do Coqueiro foi fechado. Além disso, eram oferecidas bebidas alcoólicas geladas de todos os tipos para os motoristas de veículos, nomeado pelo próprio supermercado de “Boteco Gelado”.

No mesmo dia, o supermercado Colina teve sua praça de alimentação interditada, e também foi feito o fechamento de um bar/drive thru de bebidas, localizado dentro do estacionamento. Funcionando igualmente ao MIX Mateus: sem licença e oferecendo bebidas alcoólicas geladas aos motoristas.

Por fim, quanto ao supermercado Cidade, localizado na Cidade Nova, foi determinada a interdição total do estabelecimento por absoluta impossibilidade de funcionamento de um estabelecimento que oferece risco à segurança alimentar e estrutural, inclusive aos seus próprios funcionários em, absolutamente, todos os setores do supermercado. O Cidade também não possui nenhuma licença pública mínima para a continuidade de suas atividades. [Confira o documento na íntegra.](#)

A Promotoria de Justiça de Ananindeua ressalta que as interdições acima mencionadas foram realizadas em virtude da inobservância dos referidos estabelecimentos às normas sanitárias e à legislação consumerista, com base no poder de polícia de todas as autoridades públicas envolvidas nas apurações.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



CIDADES

NOTÍCIAS

ENTRETENIMENTO

ESPORTES

PODCASTS

INSTITUCIONAL

ROMA PLAY

COLUNISTAS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Foto: Fernando Torres

## Tribunal reduz multa do Paysandu por apagão na final do Parazão

POR JUNIOR CUNHA | 05 DE JUL DE 2022, 08:14

COMPARTILHAR:



O Tribunal de Justiça Desportiva do Pará (TJD-PA) reduziu a multa aplicada ao Paysandu pelo apagão do Estádio Banpará Curuzu na final do Campeonato Paraense 2022. Agora, o clube vai pagar R\$ 15 mil por ter desligado as luzes do estádio durante a cerimônia de entrega do troféu para o Remo, campeão estadual. Anteriormente, o Papão havia sido multado em R\$ 30 mil.

Além da redução da pena, o Tribunal absolveu o clube das punições pelos arremessos de sapatos e outros objetos ao campo de jogo em direção aos jogadores, comissão técnica e diretoria do Remo no final da partida.

Por outro lado, o zagueiro Marcão foi suspenso em dois jogos pela expulsão no segundo jogo da final. O defensor levou cartão vermelho direto após segurar pelo pescoço um jogador do Remo no segundo tempo do clássico Re-Pa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Associação de Ribeirinhos e Quilombolas.

## Comunidade quilombola denuncia empresa que impede pesca e visitação em cemitério no Pará

POR ROMA NEWS | 04 DE JUL DE 2022, 08:02

COMPARTILHAR:



Comunidades quilombolas e ribeirinhos que vivem próximo de áreas de empresas de dendê, em Tailândia, no interior do Pará, denunciam que estão sendo impedidos de pescar e visitar um cemitério que fica dentro de uma fazenda, na área de uma empresa de palma. O ato desrespeita uma decisão judicial que favorece a comunidade e permite que entrem na fazenda para visitar o cemitério.

O Pará é o maior produtor de dendê do país, correspondendo a 88% da produção de todo Brasil. Um negócio bilionário que na região do Pará é marcada pelo conflito com as comunidades.

As empresas e fazendas de palma têm avançado sobre territórios indígenas na Amazônia, em áreas quilombolas ainda em fase de reconhecimento. As comunidades sofrem com o impacto ambiental, como a contaminação da água, e ameaças a lideranças locais. A compra de fazendas na região também envolve acusação de grilagem e cartório-fantasma.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A justiça determinou, através de decisão judicial, que as comunidades de quilombolas cadastrados entrem em uma fazenda da Agropalma para fazer visita a um cemitério ancestral que existe no local. Na região da empresa há também o rio Acará, onde a comunidade costuma pescar, porém seguranças armados estão impedindo a entrada na área.

Para entrar no local, quem tiver o cadastro precisa apresentar documento oficial com foto e passar pela portaria da Agropalma. Pela decisão judicial, a entrada por outro local será considerada um acesso clandestino. Segundo a empresa, até o momento, há 163 cadastrados.



No dia 20 de junho, de acordo com o boletim de ocorrência registrado pelos moradores, mesmo quilombolas listados pela associação foram barrados.

A ocorrência registrada na delegacia afirma que quatro membros da associação foram abordados por dois seguranças da empresa Agropalma, que se apossaram de nove malhadeiras e expulsaram um dos quilombolas que pescavam às margens do rio Acará. Segundo os quilombolas, os seguranças alegaram que eles não tinham direito de pescar naquele local, pois ali era propriedade particular.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Já no dia 21, seguranças da Agropalma abordaram dois pescadores membros da associação e tomaram três espingardas, além da caça e pesca do grupo, que foi expulso do local sob escolta armada. Os quilombolas também destacam que foram proibidos de acessar o cemitério quilombola que fica na área de plantação da Agropalma.

A empresa não se manifestou sobre o caso.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## 'Guerra do dendê' no Pará: veja perguntas e respostas

Histórico de conflitos é marcado por acusação de grilagem, cartório-fantasma e avanço de plantações sobre territórios de comunidades indígenas e quilombolas. Empresas produtoras dizem que atuam para mediar disputas.

Por g1 Pará — Belém

05/07/2022 05h02 · Atualizado há 2 horas



Plantação de dendê nos limites de demarcação de terra indígena no Pará. — Foto: Elielson Silva / Arquivo Pessoal

Os conflitos por terra, chamados por especialistas de "**guerra do dendê**", afetam 750 famílias de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, envolvendo ao menos, duas grandes empresas que atuam no nordeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O histórico é marcado por **acusação de grilagem, cartório-fantasma e avanço de plantações sobre territórios** de populações tradicionais. Já as empresas produtoras dizem que atuam para mediar disputas.

### **Veja a seguir perguntas e respostas sobre a "guerra do dendê" no Pará:**

1. Quais são os conflitos e onde ocorrem?
2. Quem são as pessoas afetadas?
3. Quais são as empresas envolvidas? E o que dizem?
4. Quais foram os episódios que acirraram os conflitos?
5. Para que é usado o óleo de dendê, ou óleo de palma?
6. Quanto é produzido de óleo de dendê no Pará?
7. Quem foram as vítimas que morreram por causa dos conflitos de terra?
8. Como está a situação hoje?
9. O que dizem as empresas?

### **Quais são os conflitos e onde ocorrem?**

No Pará, embates constantes entre empresas produtoras do dendê e comunidades indígenas e quilombolas envolvem [acusações de grilagem, ameaças a lideranças locais e até "cartório fantasma"](#).

### **Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as disputas associadas ao dendê envolvem mais de 750 famílias e ocorrem nas seguintes regiões:**

- no município de [Acará](#), entre a comunidade Bucaia, do Ramal São Lourenço, com a empresa BBF, antiga Biopalma, atingindo 60 famílias;
- nos municípios de Acará, [Tailândia](#) e Tomé-Açu, entre as comunidades quilombolas do Alto Acará e Balsas, com a empresa Agropalma, envolvendo 650 famílias;
- e em Tomé-Açu, entre os indígenas Tembê da TI Turé-Mariquita I e II com a empresa BBF, envolvendo 47 famílias.
- 

CLIPPING DE NOTÍCIAS

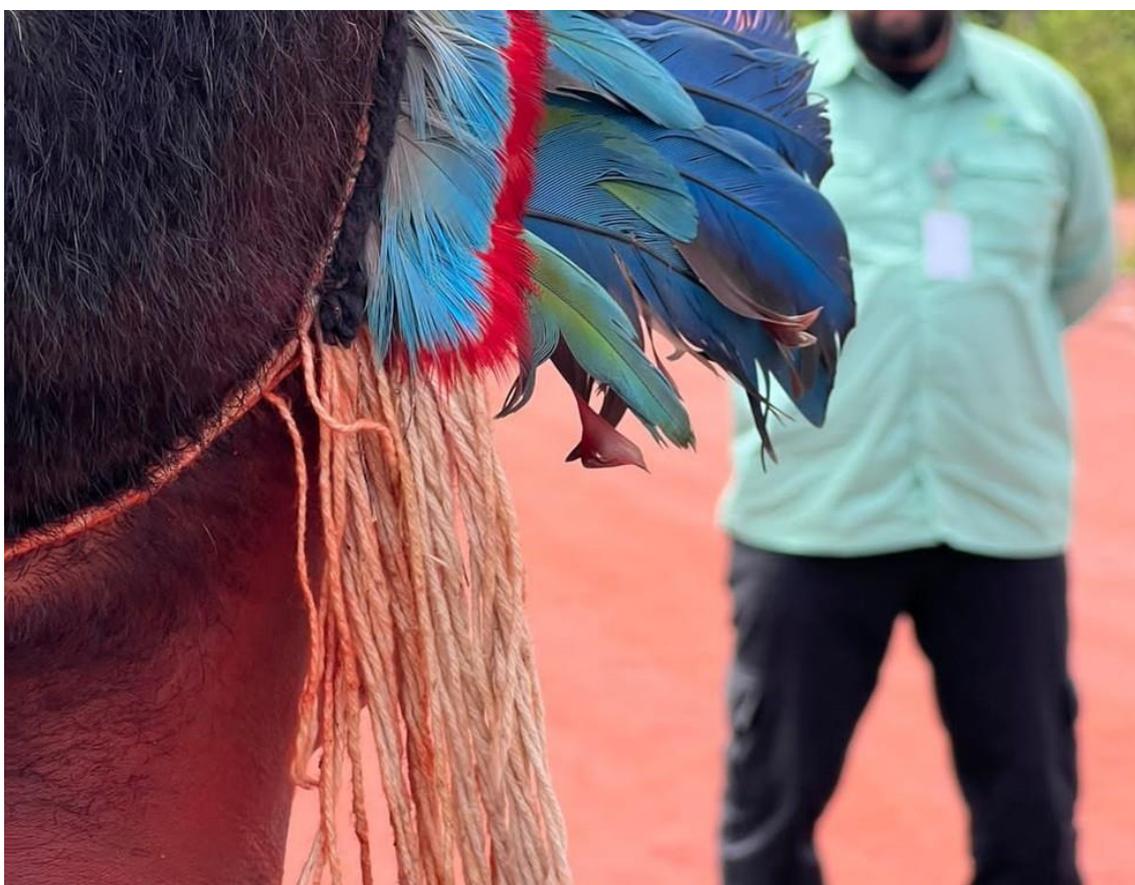
**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Quem são as pessoas afetadas?

A produção tem tomado porções da Floresta Amazônica, causando impacto ambiental e a expulsão da população local desde a sua implantação, na **década de 1980**. Nesse processo, produtores locais da agricultura familiar, dentre quilombolas e indígenas são impactados diretamente.

Essas comunidades tradicionais, em geral, vivem da agricultura de subsistência e da venda de produtos, como farinha. Uma parte dos jovens trabalha nas plantações de dendê.



Conflito entre indígenas e empresa BBF no Pará. — Foto: Reprodução

Os indígenas afetados, da etnia Tembé, vivem na Terra Indígena Turé-Mariquita, em Tomé-Açu. Com 147 hectares, foi homologada em 1991.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Já as comunidades quilombolas estão em três territórios: Amarqualta, Nova Betel e Balsa/Turiaçu/Gonçalves/Vila Palmares, sendo que esta última teve documento com pedido de reconhecimento perdido nos arquivos do Iterpa e aguarda regularização.

### **Quais são as empresas envolvidas? E o que dizem?**

Duas principais companhias atuam na região há décadas: a Agropalma e a Brasil BioFuels (BBF) - antiga Biopalma - *veja posicionamento completo ao final*.

A área somada das fazendas produtoras é de cerca de 535 mil hectares, que equivalem a aproximadamente 535 mil campos de futebol. Desse total, metade é destinada aos dendezaís. O restante abriga moradias, criação de gado e plantações para sustento.

Somado aos milhares de hectares gerenciados pelas empresas, que instalaram núcleos industriais perto de territórios tradicionalmente ocupados pela população local, o negócio do dendê ainda recruta pequenos produtores para o cultivo em suas propriedades.

### **Agropalma**

A Agropalma responde a processos que envolvem grilagem, ameaças e cartório-fantasma. Segundo a Associação dos Remanescentes de Quilombos Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acaraú (ARQVA), hoje, ao menos **13 mil hectares de terra da Agropalma estão sobrepostos** a uma área sobre a qual quilombolas tentam há anos obter reconhecimento.



Área dentro de fazenda controlada pela Agropalma. — Foto: Reprodução / Agropalma

Ao g1, a empresa reconheceu que adquiriu terrenos com "**documentações bem frágeis**", mas alegou ter sido "[vítima da fragilidade nos registros](#)". Por decisão judicial, as terras passaram ao Estado do Pará, mas continuam controladas pela empresa enquanto aguardam análise de um pedido de reconhecimento em favor dos quilombolas.

## **BBF**

Já os conflitos com a BBF têm como uma das motivações o impacto ambiental relatado por moradores, a exemplo da suposta contaminação da água, resultando na morte de animais e em doenças nas pessoas.

Os indígenas também acusam haver desvio de água em excesso para plantações, provocando secas em igarapés e nascentes de rios. Em retaliação,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

em 2012, eles chegaram a manter funcionários da empresa reféns e, dois anos depois, apreenderam carros usados por eles.

Em nota, a BBF apontou que suas atividades são classificadas como de baixo impacto ambiental pelos órgãos competentes, o que significa que não causa o envenenamento de rios e igarapés e não afeta os territórios em que vivem as comunidades indígenas e quilombolas.

A empresa esclareceu que não descarta rejeitos, mesmo porque dos frutos do dendê absolutamente tudo é utilizado.

### **Quais foram os episódios que acirraram os conflitos?**

Em um dos episódios recentes de atrito, quilombolas tentaram retomar, em fevereiro deste ano, a área das fazendas Roda de Fogo e Castanheira, entre Tailândia e Acará, controladas pelo empreendimento e que estariam dentro dessa suposta sobreposição.

No dia seguinte à investida dos moradores para retomar as fazendas em fevereiro, famílias foram encurraladas por seguranças armados e encapuzados contratados pela empresa, ficando sem alimento e água potável.

Em resposta, a Agropalma chegou a cavar valas de 2 metros de profundidade no entorno da comunidade Vila Palmares para impedir a circulação dos moradores, o que deixou a comunidade isolada por via terrestre.



**Barricada aumenta tensão em área de conflito entre quilombolas e empresa no PA**

---

#### CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Em março de 2022, a BBF acusou um grupo de bloquear uma via, conhecida como estrada do Linhão, impedindo o tráfego de trabalhadores de um polo local de dendê. Em seguida, indígenas divulgaram vídeos mostrando valas que teriam sido cavadas pela empresa para dificultar o acesso ao município de Tome-Açú.

No mês seguinte, em abril, indígenas Tembé ocuparam a sede da BBF em protesto, após uma reunião de mediação, que não deu resultado, na Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Durante as manifestações, que contaram com quilombolas da região, três ônibus foram incendiados e um homem acabou detido por seguranças da empresa sob acusação de roubo - o que as lideranças negam. A empresa registrou um boletim de ocorrência. Exame de corpo de delito apontou indícios de espancamento contra o homem.

Pesquisadores apontam a presença de "milícias rurais" mantidas pelas empresas acirra os conflitos, colocando em risco direitos territoriais de comunidades tradicionais. Ainda em abril, representantes indígenas e quilombolas denunciaram o uso de milícias privadas para perseguir lideranças do movimento, além do cerco aos manifestantes por agentes da Polícia Militar.

### **Para que é usado o óleo de dendê, ou óleo de palma?**



Fruto de palma na Amazônia. — Foto: Abrapalma/BBC

---

#### CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Item valioso, o [óleo tem uma série de aplicações](#) em diferentes indústrias, como a alimentícia (nos segmentos de panificação, confeitaria, produtos lácteos e sorvetes, além de frituras), a química e na de cosméticos e biocombustíveis.

### **Os derivados do óleo de palma podem ser usados em indústrias, como:**

- alimentícia, nos segmentos de panificação, confeitaria, produtos lácteos e sorvetes, também em frituras industriais;
- de cosméticos; e
- química, em que a solução oleoquímica é usada por empresas que incluem insumos de origem vegetal em produtos e processos industriais.

### **Quanto é produzido de óleo de dendê no Pará?**

Segundo a Associação Brasileira de Produtos de Óleo de Palma (Abrapalma), 88% do dendê (também chamado de óleo de palma por conta da planta de onde é extraído) produzido no Brasil é do Pará. A Bahia fica em segundo lugar, com 11%.

Em 2020, o Pará produziu 2,8 milhões de toneladas, segundo dados do governo estadual. Hoje, a tonelada é comercializada por cerca de US\$ 1,7 mil, o que dá, na cotação atual do dólar, em torno de R\$ 10 mil. Usando como base a produção daquele ano, seriam R\$ 28 bilhões.

### **Quem foram as vítimas que morreram por causa dos conflitos de terra?**

A [morte de pelo menos quatro pessoas](#) nos últimos anos no Pará é associada pela Polícia a conflitos de terra envolvendo o cultivo de dendê no nordeste do estado.

Duas das vítimas eram lideranças quilombolas que defendiam o reconhecimento de terras, alvo também do interesse pelos empreendimentos que se instalaram na região. As outras duas eram familiares, também ameaçados.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Artêmio Gusmão (à esq.) e Nazildo Brito (à dir.), lideranças quilombolas assassinadas por motivação de conflitos de terras no nordeste do Pará. — Foto: Reprodução / Arquivo Pessoal

- [Saiba em quais ocasiões cada vítima morreu.](#)

### Como está a situação hoje?

Tentativas de conciliação não têm dado certo. O Ministério Público Federal (MPF) defende a federalização do caso.

Para o órgão, “a falha do estado do Pará no licenciamento da atividade econômica está na gênese dos conflitos, já que nunca houve consulta prévia, livre e informada e não existe diálogo de boa fé sem isso, nem sem os estudos de impactos para equacionar impactos e garantir compensação e mitigação para as comunidades”.

Sobre a regularização do território das fazendas Roda de Fogo e Castanheira, lideranças tiveram uma reunião no Iterpa no fim de maio em que ficou definido que o órgão deve concluir o processo de reconhecimento da área até o final deste mês.

Em mais um episódio de tensão, comunidades relatam que quilombolas e ribeirinhos cadastrados foram [barrados por seguranças armados](#) na portaria da empresa Agropalma e impedidos de entrar para pescar e visitar o cemitério ancestral que fica dentro da fazenda, em desrespeito a uma decisão judicial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



*que não se enquadra no acordo judicial. Com esses indivíduos foram recolhidas armas de fogo e de caça sem registro, as quais foram imediatamente entregues à Polícia Militar para a devida averiguação. Por essa razão, a Agropalma registrou um boletim de ocorrência, registrado sob o nº 00081/2022.101668-9, no dia 23/06/2022.*

*Quanto ao trabalho da Polícia Militar do Estado do Pará, a Agropalma, como qualquer outra organização ou cidadão, aciona a instituição quando observa alguma situação que possa colocar em perigo seus colaboradores ou seu patrimônio."*

**Já a BBF divulgou a seguinte nota:**

*"Guerra do dendê", publicada pelo portal g1 (Grupo Globo), no dia 4 de julho (domingo), a Brasil BioFuels (BBF) esclarece que:*

*O cultivo da palma, principal atividade da empresa, é realizado de acordo com a legislação ambiental vigente e todas as suas áreas de plantio respeitam o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, programa criado pelo Governo Federal, em 2010, por meio do Decreto Nº 7.172/2010, cujo objetivo é recuperar áreas degradadas até 2007, com as diretrizes de proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade e utilização racional dos recursos naturais, além do respeito à função social da propriedade. Desta forma, a BBF esclarece que respeita os limites de territórios citados na reportagem e atua apenas em suas áreas de posse, atendendo os critérios exigidos no decreto. A BBF exerce a posse pacífica, justa e ininterrupta de suas áreas desde que assumiu a propriedade que era exercida pela Biopalma no Estado do Pará, após sua aquisição em 2020. Além disso, a BBF ressalta que respeita os limites de suas áreas em relação à Terra Indígena Turé-Mariquita.*

*A BBF segue as melhores práticas internacionais para o manejo sustentável da palma e utiliza somente produtos permitidos por lei, sem emprego de agrotóxicos em regiões próximas às terras indígenas e quilombolas. A empresa realiza monitoramento do entorno das áreas de atuação em conformidade com os*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

*padrões definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Além disso, as atividades da BBF são classificadas como de baixo impacto ambiental pelos órgãos competentes, o que significa que não causa o envenenamento de rios e igarapés e não afeta os territórios em que vivem as comunidades indígenas e quilombolas. A empresa esclarece que não descarta rejeitos, mesmo porque dos frutos do dendê absolutamente tudo é utilizado, diferentemente do citado na reportagem utilizando-se do termo “tibórnia”. Depois de extraído o óleo, a água do cozimento do fruto é aproveitada para fertirrigação, ou seja, ela é devolvida para as plantas, nas áreas da empresa, como um processo 100% natural. Essa água do cozimento do fruto, que possui um odor característico, serve de adubo natural para as próprias plantas, evitando a utilização de matéria química. Essa é uma escolha da empresa, buscar o equilíbrio socioambiental e não utilizar fertilizantes em larga escala, mesmo detendo todas as licenças para isso.*

*Desde que indígenas e quilombolas invadiram muitas das áreas da empresa (mais de 10 mil hectares invadidos) para furtar e roubar os frutos do dendê, em razão do seu atual alto valor no mercado das commodities, a BBF está impedida de entrar em suas áreas e desta forma não consegue realizar a manutenção necessária nas plantas e manter o necessário equilíbrio ambiental. Além disso, existe o perigo real, e iminente, de insetos e pragas se espalharem por outros cultivos, não só de palma. Essa situação preocupante e muito prejudicial ao meio ambiente já foi comunicada formalmente ao Ministério da Agricultura e à ADEPARÁ, para que realizem esse manejo da fitossanidade, mas até agora a BBF não obteve resposta. Assim como não obteve qualquer resposta do poder público do Estado do Pará por ocasião do registro de mais de seiscentos e trinta boletins de ocorrência noticiando roubos e furtos de dendê, de maquinários e de tratores. Ainda, não houve qualquer resposta do poder público, do Estado do Pará, no que diz respeito a fazer cumprir as ordens judiciais de reintegração de posse e interdito proibitório favoráveis à empresa. A Companhia busca insistentemente apoio dos órgãos governamentais para solução do caso, fato que pode ser corroborado com dezenas de ofícios às autoridades do Estado, municípios e até no âmbito federal. A BBF reforça que suas atividades não*

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

*causam o envenenamento de rios e igarapés, não afetando os territórios em que vivem as comunidades indígenas e quilombolas.*

*A BBF mantém diálogo contínuo com as aldeias indígenas e com as comunidades quilombolas que coabitam regiões onde a empresa desempenha suas atividades produtivas, procurando sempre manter a boa convivência, promover o respeito ao meio ambiente e às culturas locais e tradicionais. Por meio desse relacionamento, estabeleceu-se um Termo de Cooperação e Compromisso (TCC) entre a BBF e três associações representantes de comunidades indígenas tradicionais: a Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu (AITTA), a Associação Indígena Tembé do Vale do Acará (AITVA), e a Associação Tenetehar Tekwa-Haw Pytawa de Tomé Açu.*

*O TCC foi assinado com o objetivo de reforçar a relação de confiança entre a empresa e as comunidades e resultou em acordo voluntário entre as partes para promover o bem viver. O documento estabelece como diretrizes ações que deveriam ser do poder público, como por exemplo o acesso a água potável, segurança alimentar, educação e tradições culturais, sistemas produtivos e insumos e saúde. Esse termo de cooperação foi rompido pelos indígenas em novembro de 2021, em desacordo com a BBF.*

*Mesmo atuando em total legalidade, a BBF vem sofrendo ameaças e sendo vítima de roubos, furtos, extorsões e outros crimes, incluindo ameaças à integridade física de seus colaboradores. A empresa gera mais de 5 mil empregos diretos no Estado do Pará e as invasões promovidas nas áreas de propriedade da empresa têm prejudicado as atividades produtivas e a segurança dos colaboradores. Até o presente momento, a BBF já acumula prejuízos na ordem de mais de R\$ 50 milhões, decorrentes das invasões, roubos, subtração de frutos, maquinários, incêndios criminosos e vandalismos contra a empresa. A companhia aguarda ações que resultem no cumprimento das ordens judiciais de reintegração de posse e interdito proibitório favoráveis à empresa. A BBF busca, insistentemente, o apoio dos órgãos governamentais para solução do caso, fato*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

*que pode ser corroborado pelas dezenas de ofícios enviados às autoridades do Estado, municípios e até no âmbito federal.*

*Por fim, a empresa esclarece que não opera drones ou “aviões” como citados pela matéria, em nenhum território indígena ou quilombola, bem como não instala câmeras de segurança nessas localidades. A BBF utiliza equipamentos do tipo VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) em suas próprias áreas e com o objetivo específico de verificar, fiscalizar e impedir o cometimento de crimes ambientais em suas áreas de reserva legal e preservação permanente, buscando inibir o desmatamento ilegal. Por determinação legal e compromisso com o meio ambiente, a BBF tem a obrigação de monitorar as áreas de reserva legal e de preservação permanente que integram a propriedade da companhia. Por meio desse acompanhamento, a empresa denunciou inúmeras ações ilegais de desmatamento praticadas por terceiros, nessas localidades.*

*A BBF é uma empresa comprometida com o bem-estar das comunidades em que atua e tem o propósito de continuar gerando empregos, renda e desenvolvimento para a população local de forma sustentável e respeitando o meio ambiente.*

*A Brasil BioFuels se coloca à disposição deste veículo e da sociedade para esclarecer quaisquer questionamentos que surjam."*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Sem alvará, casa de jogos é interdita em Batista Campos, bairro de Belém

Ação envolveu agentes da Polícia Civil e do Ministério Público do Pará.

Por g1 Pará — Belém

05/07/2022 06h47 · Atualizado há 6 horas



Uma casa de jogos, dentro de um shopping no bairro de Batista Campos, em [Belém](#), foi interdita durante fiscalização da Polícia Civil (PC) e Ministério Público do Pará (MPPA) na segunda-feira (4). O local funcionava sem alvará.

A ação foi coordenada pela Diretoria de Polícia Especializada (DPE) da Polícia Civil e Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPPA.

Nas diligências, os agentes constaram que o estabelecimento comercial foi inaugurado sem alvará, que é a autorização de funcionamento emitido pela Diretoria de Polícia Administrativa (DPA) da Polícia Civil.

Os peritos da Polícia Científica do Pará (CPEPA) também encontraram irregularidades nos sistemas operacionais utilizados em computadores do local.

Segundo a perícia, dispositivos de dados foram apreendidos e serão analisados na sede do Núcleo de Fonética Florense e Estação de Dados da CPEPA.

Segundo o delegado geral da PC, Walter Resende, as investigações partiram de denúncias recebidas, que estão sendo apuradas pela Delegacia Especializada em Investigação de Estelionatos e Outras Fraudes (Deof), da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Leia as principais notícias do estado no [g1 Pará](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

---

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

### Polícia fecha casa de jogos dentro de shopping na Batista Campos

O estabelecimento comercial foi inaugurado sem alvará de funcionamento; além disso, peritos constataram irregularidades nos sistemas operacionais utilizados em computadores do local



O Liberal

05.07.22 7h32 - Atualizado em 05.07.22 13h00



Casa de jogos foi interditada pela polícia (Talisson Lima / Assessoria PCPA)

A **Polícia Civil** e o **Ministério Público** fecharam uma casa de jogos instalada dentro do shopping Pátio Belém, no bairro Batista Campos, em [Belém](#). Durante as diligências, foi constatado que o **estabelecimento comercial** foi inaugurado sem alvará que autoriza o funcionamento emitido pela Diretoria de Polícia Administrativa (DPA) da Polícia Civil.

Além disso, peritos da Polícia Científica do Pará (PCP), que participaram da diligência, constataram **irregularidades nos sistemas operacionais** utilizados em computadores do local. Dispositivos de dados (disco rígido) foram

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

apreendidos e serão periciados na sede do Núcleo de Fonética Forense e Estação de Dados da PCP.

### **Combate às atividades ilegais no Pará**

O delegado-geral da Polícia Civil, Walter Resende, destacou o trabalho realizado. "A Polícia Civil vem atuando de forma contundente no **combate às atividades ilegais no Pará**. As **investigações** partiram de denúncias recebidas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Pará", afirmou.

Uma **apuração policial** será feita pela Delegacia Especializada em Investigação de Estelionatos e Outras Fraudes (Deof) da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe). A ação foi coordenada pela Diretoria de Polícia Especializada (DPE) da Polícia Civil e Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado (MPPA).

### **O que diz o shopping**

Em nota, o Shopping Pátio Belém informou que "...segundo informações repassada pelo lojista responsável pelo empreendimento 'Golden Plaza', a fiscalização promovida pela Polícia Civil e pelo Ministério Público constatou que a casa ainda não estava funcionando normalmente, pois ainda não dispunha de toda a documentação necessária, para a qual, foi dado um prazo limite para regularização".

"No momento da fiscalização, no local funcionava apenas um torneio de poker, que não fazia parte da fiscalização pelos órgãos. Com relação às irregularidades apontadas nos sistemas dos computadores da casa, houve apenas uma indicação de caráter puramente técnico, para que o estabelecimento use uma versão mais recente e atualizada do Windows", disse a nota do shopping.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## Cinco supermercados são interditados em Ananindeua após fiscalização; veja a lista

Um estabelecimento na Cidade Nova foi totalmente interditado por descumprir normas sanitárias e não possuir licença de funcionamento



Fabício Queiroz

04.07.22 19h18



Equipe de fiscalização do Ministério Público interditou totalmente o Supermercado Cidade, em Ananindeua (Promotoria de Justiça de Ananindeua)

A **Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua**, em ação conjunta com o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI), do **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)**, a Vigilância Sanitária e o Procon, realizou a interdição de mais cinco estabelecimentos no município de Ananindeua.

O objetivo das ações realizadas nos dias 30 de junho e 1º de julho era de verificar o cumprimento de normas sanitárias e da obediência à legislação consumerista.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na semana anterior, outros dois supermercados já haviam tido seus setores de carnes e pescados interditados.

A situação mais grave foi detectada no **Supermercado Cidade, localizado na Cidade Nova**, onde foi determinada a interdição total do estabelecimento. De acordo com o relatório do MPPA, no local haviam embalagens de alimentos violadas e com fezes de baratas e roedores; equipamentos de refrigeração inadequados, sujos e sem controle de temperatura; áreas de manipulação de alimentos sem condições sanitárias; produtos vencidos na área de venda e no estoque; infraestrutura em estado precário; produtos sem identificação de procedência, entre outras irregularidades.

Além disso, o supermercado estava sem licença da vigilância sanitária desde 2021, sem licença de operação da secretaria de meio ambiente, sem licença do habite-se, emitida pelo Corpo de Bombeiros, sem certificado de controle de pragas, sem laudo de análise físico-química e bacteriológica da água e sem certificado de limpeza do reservatório de água. A gerência do Supermercado Cidade informou que os advogados da empresa estão acompanhando o caso e que o local deve reabrir nesta terça-feira, 5.

Também foram interditados o setor de carnes e a padaria do **Supermercado Econômico da avenida Mário Covas** e a praça da alimentação do **Supermercado Colina**, na Cidade Nova 6. Além disso, o “**Boteco Gelado**”, que funcionava nas dependências do MIX Mateus do Coqueiro e o **bar/drive thru de bebidas que funcionava no estacionamento do Supermercado Colina** foram interditados estarem sem licença e oferecendo bebidas aos motoristas.

A reportagem de O LIBERAL tenta contato com a gerência dos demais supermercados.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br